

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Educação  
Formação Intercultural para Educadores Indígenas

Celma Correa Franco  
Antônio Lopes da Silva  
Elizabeth Regina

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS  
XAKRIABÁ: XUKURANK E UIKITU KUHINÃ**

Belo Horizonte-MG  
Maio-2017

Celma Correa Franco  
Antônio Lopes da Silva  
Elizabeth Regina

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS  
XAKRIABÁ: XUKURANK E UIKITU KUHINÃ**

Percurso apresentado ao curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais e Humanidade.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Maria Farid Rahme

Belo Horizonte-MG

Maio-2017

Dedicatória:

Primeiramente ao nosso Deus Tupã, pelas graças concedidas para estar realizando nosso trabalho.

Aos nossos familiares: Pai (manmang), Mãe (nchatary), esposo, esposa e filhos (bikong), irmã(o)s, sogra(o), pelo apoio e compreensão das ausências.

Às lideranças, cacique, aos alunos pela lição de vida e a todos os entrevistados que foram fundamentais e contribuíram com informações sábias para a realização desse trabalho.

Aos professores bolsistas da turma de Ciências Sociais e Humanidade, supervisora de campo do PIBID.

À nossa orientadora Mônica Maria Farid Rahme, pela sabedoria e paciência enfim,  
A todo o povo Xakriabá.

## RESUMO

O nosso trabalho vem abordar sobre a Educação Especial no povo Xakriabá, em específico nas escolas estaduais indígenas Uikitu Kuhinã, da Aldeia Riacho dos Buritis, e da escola Xukurank, da Aldeia Barreiro Preto. Nós procuramos na pesquisa falar da Sala de recursos, mostrar alguns elementos importantes em relação às práticas pedagógicas e comparar uma escola que possui Sala de recursos com outra que não tem esse serviço. Em entrevista com professores, diretores e lideranças, buscamos entender como as escolas eram antes, se tinha alunos com necessidades educacionais especiais e como era a metodologia usada. O objetivo do nosso trabalho é construir um diagnóstico para o melhoramento da qualidade da Educação Especial dentro da escolarização diferenciada nas escolas Xakriabá, e compreender a dinâmica da inclusão no contexto da Educação Especial. Além disso, o trabalho aborda a história da educação das escolas indígenas, focalizando a escolarização Xakriabá.

**Palavras-chave:** Educação intercultural, Xakriabá, Educação Especial, Inclusão escolar.

## SUMÁRIO

Introdução .....	06
Capítulo 1: A trajetória das escolas indígenas Xakriabá .....	14
1.1 A participação da comunidade nas escolas indígenas e a educação especial.....	17
Capítulo 2: A educação especial e a educação inclusiva no Brasil.....	22
Capítulo 3: As escola Xakriabá e a educação inclusiva .....	26
3.1. O percurso da escola estadual indígena Uikitú Kuhinã .....	26
3.1.1. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais da escola Uikitú Kuhinã .....	28
3.2. O percurso da escola estadual indígena Xukurank.....	31
3.2.1. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais da escola Xukurank .....	32
Considerações finais.....	39
Referências Bibliográficas.....	40
Anexos .....	42

## INTRODUÇÃO

Sou Celma Correa Franco, nasci na Aldeia Barreiro Preto e atualmente moro na Aldeia Forges. Sou técnica em saúde bucal pela SESAI e trabalho na Aldeia Pindaíba.

Sou Elizabete Xakriabá, nasci na Aldeia Defuntos, hoje conhecida como Riacho dos Buritis, norte de Minas Gerais, município de São João das Missões. Sou professora na minha comunidade, onde trabalho com as séries iniciais, educação infantil, Período Preparatório de Alfabetização (PPA) e 1ª série do ensino fundamental na Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã, que se localiza na divisa da Aldeia Riacho dos Buritis com a Aldeia Olhos d'água.

Sou Antônio Lopes, pertencente à etnia Xakriabá. Nasci na Barra do Sumaré e atualmente moro na Aldeia Forges, norte de Minas Gerais, município de São João das Missões. Sou professor na minha comunidade, onde trabalho com a educação infantil na Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã.

O motivo que nos levou a pesquisar e registrar sobre a Educação Especial no povo Xakriabá surgiu há algum tempo, pois despertava em nós a curiosidade de entender como funcionam as práticas de ensino com os alunos com necessidades educacionais especiais<sup>1</sup> que já estão na escola. E entender o porquê de pessoas com alguma deficiência física não estudarem. Conversando com o pai de um jovem com necessidades educacionais especiais da Aldeia Forges, ficamos sabendo que ele não tem coordenação motora do lado esquerdo e tem dificuldades para falar. Ele não estuda, pois os pais não o colocaram para estudar. Hoje ele tem 20 anos. O pai não o mandou para a escola devido à deficiência e por ele ser nervoso. Observando esse aluno na comunidade, verificamos que ele vai à escola, apesar de não ser matriculado, e fica

---

<sup>1</sup> Neste trabalho utilizaremos preferencialmente o termo *necessidades educacionais especiais* por considerá-lo mais abrangente do que o termo *deficiência*. Entretanto, utilizaremos a terminologia *deficiência* quando se tratar de citação de bibliografia ou de entrevista.

brincando com sabugos e cantando do lado de fora da sala de aula. De manhã e à tarde ele não entra na sala de aula, mesmo se os professores chamarem. Mas à noite, quando acontece a Educação de Jovens e Adultos, ele entra na sala de aula. Tivemos contato com a escrita do jovem e vimos que ele escreve apenas a letra “A”.

Os lugares onde estão localizadas as escolas que iremos falar é no território Xakriabá, na Aldeia Riacho dos Buritis e na Aldeia Barreiro Preto, Minas Gerais. A Escola Estadual Indígena Xukurank tem a sala de recursos e o professor de apoio, e a Escola Estadual Uikitú Kuhinã não tem a sala de recursos.

O Decreto de n. 7611/2011 prescreve a garantia de um sistema educacional inclusivo e orienta que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser oferecido de modo transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, preferencialmente na rede regular de ensino, por meio das salas de recursos multifuncionais. Sua função complementar e suplementar são assim diferenciados:

- Complementar à formação dos estudantes com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento, sendo apoio permanente, limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais;

- Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

A sala de recursos faz parte, portanto, do AEE, deve ser ofertada no contraturno da escola comum e visa disponibilizar apoio e recursos favoráveis ao percurso escolar do aluno.

O professor de apoio também faz parte do AEE e deve “oferecer apoio pedagógico ao processo de escolarização do aluno com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla ou transtornos globais do desenvolvimento” (Minas Gerais, 2014, p. 20). Sua ação deve ser articulada com o professor regente de turma, mediando o acesso do estudante à comunicação e ao currículo, adequando o material didático-pedagógico, o uso de tecnologias e o que mais for necessário. São, ainda, atribuições desse profissional:

- a. Atuar de forma colaborativa com os professores da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo;

(...)

- j. Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola;

- k. Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;

1. Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade.  
(Minas Gerais, 2014, p. 21-22).

A partir da Educação Especial indígena, iremos contar no nosso trabalho a história de antigamente, como a escola lidava com os alunos especiais. E por meio dos registros esperamos contribuir para que os próprios indígenas possam comparar o antes com os dias de hoje, verificando qual o impacto da Educação Especial dentro do povo Xakriabá.

Com esse trabalho buscamos entender, compreender mais sobre a dinâmica da inclusão no contexto da Educação Especial nas escolas indígenas Uikitú Kuhinã e Xukurank, e buscar melhoramento da qualidade da Educação Especial na escolarização indígena. Embora a Lei ampare essas crianças, ela não prepara os professores.

Esta pesquisa foi construída por meio de entrevista em áudio, observação participativa, registros em diários de campo, fontes bibliográficas, análise do Projeto Político pedagógico das escolas Xukurank e da Uikitú kuhinã, e por meio do regimento interno da escola Uikitú kuhinã. As entrevistas foram transcritas, respeitando sempre o modo como as pessoas falam.

Entende-se por entrevista um procedimento para se obter “informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (Marconi; Lakatos, 2002, p. 92).

Já a observação participativa diz respeito à “participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (Marconi; Lakatos, 2002, p. 90).

Enquanto estávamos fazendo o trabalho fizemos entrevista com as primeiras professoras formadas no magistério Indígena. São elas a Professora Creusa e Dona Alice. Elas contaram como trabalhavam com os alunos com necessidades educacionais especiais, que era um número bem menor do que nos dias de hoje e que ninguém os conhecia pelo nome de “deficiência” ou “especial”. Realizamos entrevistas, ainda, com a Professora Maria dos Reis, da Sala de recursos, com a Diretora Ivenira, com o ex-diretor José Nunes, com a liderança Valdim, com as pedagogas Fernanda e Sandra Nunes.



Realizamos observação participativa em sala de aula e em eventos na comunidade, e fizemos leitura de textos. A observação foi realizada nas escolas Xukurank e Uikitu Kuhinâ.

Para discutir o tema da nossa pesquisa, é importante apresentar o nosso território. O povo Xakriabá fica localizado no norte de Minas Gerais, no município de São João das Missões. As terras foram demarcadas em 1979 e homologadas em 1987. Tratam-se de 52 mil hectares com 36 aldeias e aproximadamente 10 mil habitantes. O território Xakriabá vai além do que está homologado, é mais extenso e vai até as margens do Rio São Francisco, que ainda está em processo de demarcação.

O território Xakriabá é um lugar importante e sagrado para nosso povo, pois é onde estão nossas raízes. Um lugar rico e de beleza deslumbrante. A vegetação predominante é o cerrado. O território era originalmente do povo Xakriabá, porém foi ocupado por fazendeiros, depois de um tempo uma parte foi reconquistada com muita luta e regado com sangue, e outra está em processo de retomada. A partir daí, muitas outras conquistas vieram, como, por exemplo, a escola indígena e a escolarização diferenciada, com professores indígenas.

A educação escolar indígena no Brasil vem obtendo avanços significativos desde a década de 1980, no que diz respeito à legislação que a regula, decorrente da Promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988. Entretanto, se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de educação específica, diferenciada e de qualidade para a população indígena, na prática há enormes conflitos e contradições a serem superados. Um dos grandes conflitos que as escolas indígenas enfrentam com a Superintendência Regional e com a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais é a definição do calendário e do currículo escolar. O calendário é construído junto com a comunidade e seguindo os costumes do povo, e o currículo escolar é preenchido de acordo com a especificidade de cada comunidade, mas depois precisa ser adaptado ao modelo que a Secretaria de Educação manda. A escola preenche o modelo e envia, aí a Secretaria devolve o documento. No caso do calendário escolar, há uma dificuldade da Secretaria em considerar os dias de festa, os dias santos, dentre outros, como dias letivos. Torna-se, então, uma dificuldade para aprovar tanto o currículo, quanto o calendário escolar.

A Constituição brasileira em vigor garante aos índios uma educação respeitosa de suas línguas e culturas, de seus modos próprios de viver e pensar, de valorização de seus conhecimentos e dos processos próprios de sua produção e transmissão. Isso

significa o reconhecimento do direito a uma educação diferenciada e específica, intercultural e bilíngue (Brasil, 1998).

O Referencial curricular nacional foi construído pelos professores indígenas do Brasil e esse referencial traz muitos depoimentos, experiências e especificidades de escolas indígenas. O referencial fundamenta como se pensa o modo do ensino da pedagogia indígena, que é uma coisa específica de cada povo, pois o ensino para nós acontece naturalmente, no nosso cotidiano, vivendo, trabalhando e aprendendo. E isso pode acontecer, fazendo com que os educandos não fiquem presos na sala de aula, como uma regra que deve ser cumprida diariamente. O Referencial curricular para as escolas indígenas foi escrito na expectativa de que esse documento contribuísse para diminuir a distância entre o discurso legal e as ações efetivamente postas em prática nas salas de aulas das escolas indígenas (Brasil, 1998).

O povo Xakriabá tem suas prioridades e, assim como em outros povos indígenas, hoje uma das prioridades dentro da educação é a garantia da acessibilidade de crianças com necessidades educacionais especiais, mas na prática há contradições a serem superadas, como a preparação do ambiente e das pessoas, tanto os colegas quanto a equipe de educadores da escola, que irão conviver com o educando especial.

Hoje há em algumas escolas Xakriabá a sala de recursos, que é um complemento à escolarização, e os professores de apoio para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, como no caso da Escola Xukurank, da Aldeia Barreiro Preto. Já na Escola Uikitu Kuhinã, da Aldeia Riacho dos Buritis, ainda não tem a sala de recursos, mas a escola já conta com um professor de apoio. A Escola Uikitú Kuhinã encaminhou à Secretaria Estadual de Educação, no ano de 2015, o processo em que apresentava a necessidade da implantação de uma sala de recursos dentro da escola. Essa solicitação passou por análise e no final de 2016 foi autorizado somente a contratação do professor de apoio., que auxilia na escolarização do aluno, procurando identificar suas habilidades.

A escola solicitou a criação da sala de recursos porque esse serviço busca a complementação do desenvolvimento do aprendizado do aluno, e para esses alunos serem atendidos pela sala de recursos é necessário laudo do médico especialista, dizendo quais são as necessidades daquele aluno. Pede-se, também, à escola a emissão de relatórios sobre esse aluno e com esse relatório é que vai ver se tem a necessidade do professor de apoio. Às vezes, o relatório que a escola faz sobre o aluno apresenta suas limitações (se veste a roupa sozinho, se vai ao banheiro, por exemplo), e a Secretaria

Estadual de Educação entende que o aluno necessita do professor de apoio para auxiliar o professor regente da sala.

O professor de apoio da Escola Uikitú kuhinã atua em quatro escolas que funcionam de segundo endereço e que ficam localizada nas aldeias Itacarambzinho, Forges Pindaibas, Pedrinhas e Riacho dos Buritis. O atendimento é feito em biblioteca, e na escola da Aldeia Riacho dos Buritis o atendimento é feito no pátio da escola. Segundo a professora de apoio Jocinete Soares:

*O planejamento pedagógico é feito pelos pedagogos da escola, não tem material suficiente e equipamentos tecnologias para ser trabalhado, trabalho mais com joguinhos, memória, desenhos e ajuda nas atividades. A distância de uma escola para a outra é muito, então eu me desloco para atender as cinco escolas, distribuindo assim a carga horária.*

A sala de recursos da Escola Xukurank funciona desde 2013 mas não está equipada como deveria. Professores de apoio também já foram contratados para auxiliar alunos especiais dentro da sala de aula.

A sala de recursos faz parte do Atendimento educacional especializado (AEE). Esse atendimento visa complementar o atendimento educacional realizado na escola comum, sendo realizado no contraturno de escolarização, para alunos com quadros de deficiências ou de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados em escolas comuns, em quaisquer dos níveis “visando favorecer o acesso do aluno à comunicação, ao currículo, por meio de adequação de material didático-pedagógico. É prevista a utilização de estratégias e recursos tecnológicos. Para atuar no atendimento o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais da docência e capacitação específica na área da deficiência que irá atuar” (Minas Gerais, 2014, p.20-21).

O objetivo desta pesquisa é entender mais sobre a dinâmica das práticas de ensino e de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais que já estão nas escolas indígenas Xukurank (Aldeia Barreiro Preto) e Uikitú kuhinã (Aldeia Riacho dos Buritis), no contexto das escolas do povo Xakriabá.

Em entrevista com professores das escolas indígenas, professor de sala de recursos, diretor e ex-diretor, lideranças<sup>2</sup>, os entrevistados falam da importância da sala de recursos dentro das escolas, pois buscam melhores condições de acesso e de

---

<sup>2</sup> Essas entrevistas serão mais detalhadas à frente.

qualidade da assistência. Desenvolvem um melhor aprendizado para o aluno e auxiliam, também, os professores regentes de turma e todos os servidores da escola. Entende-se que todos são responsáveis pelos alunos dentro e fora da escola.

Segundo relatos de alguns professores que têm alunos com necessidades educacionais especiais, um dos desafios principais no desenvolvimento desses alunos é na leitura e na escrita, e em mantê-los dentro da sala de aula. Conversando com um professor regente que atua na comunidade, ele nos relatou que:

*Às vezes pergunta alguma coisa [para o aluno] e não responde, se tivéssemos um professor de apoio para estar auxiliando nas atividades, a interagi-lo com os colegas nas brincadeiras ou se já estivesse implantado a Sala de recursos, ficaria mais fácil pra gente desenvolver um trabalho melhor, pois as vezes dou menos atenção aos outros alunos.<sup>3</sup>*

Iremos contar mais à frente a história da Educação Especial dentro do povo Xakriabá, mas podemos apontar que as escolas da comunidade trocam experiência em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais quando surge alguma dúvida como fazem, até mesmo para estar avaliando se os métodos que estão sendo construídos e aplicados estão sendo correspondidos com a expectativa da educação diferenciada, e refletir também sobre a conduta que está sendo adotada com esses alunos, pois a idéia da Educação Especial é construir um planejamento adequado às condições do aluno e não para que ele se sinta diferente. A escola tem um papel fundamental na transformação da sociedade e para excluir o preconceito e a discriminação é preciso construir dia a dia a igualdade, preparar aquelas pessoas que irão conviver e chamar para participar, envolver nas atividades, pois de um modo ou de outro eles produzem, são eles que fazem a pedagogia nos modos de agir, no olhar e nos gestos, e é com eles que aprendemos a dar valor nas pequenas coisas.

Esta pesquisa tem como objetivo mostrar alguns elementos da dinâmica inclusiva que são relevantes para a constituição da política pedagógica inclusiva indígena. Nesse sentido, temos como objetivo relatar um pouco das experiências de práticas com alunos com necessidades educacionais especiais que possam ser referência para outras escolas indígenas, pois são experiências que estão dando certo para o desenvolvimento dos alunos. Por isso buscamos sistematizar essas experiências

---

<sup>3</sup> Utilizaremos itálico quando estivermos citando depoimento dos entrevistados.

educacionais e registrá-las, para contribuir com o processo das escolas indígenas Xakriabá.

Na nossa comunidade acontecem alguns eventos culturais que são importantes de citar. Neles, há a participação dos alunos, inclusive dos alunos com necessidades educacionais especiais. Eles participam, juntamente com professores e comunidades, das danças culturais, como o batuque, toré (ritual xakriabá), quadrilhas, festejos de santa cruz, rezas, samba de reis, competições na corrida do maracá nos jogos indígenas e demais competições que acontecem nas escolas.

Essas práticas que acontecem com a participação deles são importantes tanto para a formação pessoal, como para a formação social, pois buscam a interação com a comunidade. Pois, para aprender, não é necessário somente estar entre quatro paredes, visto que uma das melhores formações que se tem, estão nas práticas culturais da pedagogia indígena. Depois de participar dos eventos, cada aluno faz relatório, tanto por meio da escrita, quanto por desenhos e por meio da oralidade.

Buscamos, ainda, com este trabalho, construir um diagnóstico para o melhoramento da qualidade da Educação Especial dentro da escolarização diferenciada indígena, na Educação Intercultural, embora consideremos que as leis amparam o acesso dessas crianças à escola, mas não preparam os professores.

Neste trabalho pesquisamos a realidade de duas escolas indígenas: Xukurank e Uikitú kuhinã, como será apresentado mais à frente.

A Educação Especial ainda é algo novo nas escolas indígenas Xakriabá. Desde o ano de 2013 esse assunto permeia entre nós e ainda está sendo construído o sistema educacional Especial dentro desse território.

A partir dessa breve apresentação, passaremos a abordar um pouco da história da Educação Indígena para, em seguida, introduzir a temática da Educação Especial no Brasil e analisar os dados levantados em nossa pesquisa.

## **CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS INDÍGENAS XAKRIABÁ**

O povo Xakriabá, do qual fazemos parte, vem buscando construir nos últimos vinte anos as condições efetivas de participação na sociedade brasileira, para melhoria da qualidade de vida, na retomada dos nossos costumes, tradições e formas de relacionamento e negociação das questões indígenas. No entanto, os nossos saberes encontram-se ameaçados há mais de três séculos, devido ao processo de aldeamento ocorrido, principalmente no século XVIII, que fez com que grande parte da cultura fosse ameaçada e quase totalmente extinguida.

Nos anos de 1990, o então cacique Rodrigo Gomes de Oliveira, Senhor Rodrigão, juntamente com as lideranças e a comunidade, percebeu que para alcançar essa meta era preciso criar uma escola diferenciada. A partir dessa concepção, começou a surgir a discussão sobre que tipo de escola poderia atender os desejos das comunidades. Foram realizadas grandes reuniões para discutir os objetivos da escola, sua metodologia, sua organização e seu funcionamento. As conclusões dessas reuniões apontaram para uma escola que fosse voltada para a formação de cidadãos conscientes e que valorizasse sua cultura e, ao mesmo tempo, uma escola que ensinasse os conhecimentos da sociedade ocidental e que oferecesse as possibilidades de continuidade escolar para aqueles que quisessem prosseguir nos estudos.

No regimento da Escola Estadual Indígena de ensino fundamental Uikitú Kuhinã (2007), encontramos os seguintes objetivos referentes às escolas indígenas Xakriabá:

- 6º tendo em vista os fins da educação nacional e os objetivos da escola Uikitú Kuhinã se propõe alcançar os seguintes objetivos:
- I. Atender a demanda, e estar sempre atenta aos interesses e anseios da comunidade indígena, garantindo o direito de estabelecer a forma particular de organização escolar;
  - II. Assegurar a autonomia das comunidades e lideranças na definição da prática educativa de gestão, das diretrizes curriculares e da avaliação a serem desenvolvidas na educação escolar indígena;
  - III. Promover o fortalecimento das artes como formas de expressão do povo Xakriabá, atuar junto as comunidades na defesa, conservação, preservação e proteção de seu território;
  - IV. Valorizar a cultura, a língua e tradição do povo Xakriabá.

O regimento da Escola Uikitú Kuhinã discute que o calendário escolar deve estar seguindo o calendário sócio-cultural e ambiental durante todo o ano letivo, para que a direção, juntamente com os servidores, possam ter um ponto de referência para trabalhar

o calendário de uma forma igual e a comunidade ficar sabendo das normas do andamento da escola como, por exemplo, das reuniões bimestrais com os pais, das reuniões pedagógicas, dos dias santos e de todas as outras atividades curriculares da escola. Há uma grande importância desse calendário porque ele é construído pelos próprios professores junto direção, lideranças e a comunidades. A citação abaixo ilustra essa questão:

## CAPITULO II DO CALENDARIO ESCOLAR

Art. 19ª – O calendário escolar terá por finalidade a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades curriculares na escola.

Art. 20ª – O calendário escolar específico e flexível, será elaborado pelos professores indígenas, respeitando os ritos e tradições da comunidade indígena Xakriabá, bem como as condições de clima, períodos de chuvas intensas secas abrasivas.

Art. 21ª – O calendário escolar deverá ser submetido, anualmente a ampla discussão com a comunidade indígena, para posterior homologação no órgão competente.

Art. 22ª – Do calendário deverão constar:

I – O início e o término do ano letivo e do ano escolar;

II – Duzentos dias letivos;

III – As férias dos professores e alunos, recessos escolares;

VI – Dias escolares, priorizando os dias destinados reuniões pedagógicas;

V – Os feriados nacionais e municipais;

VI – Os programas culturais, cívicos e religiosos, respeitando o fluxo das atividades econômicas e sociais.

Art. 23ª Considera-se dia letivo aquele que envolva professores e alunos em atividades de ensino aprendizagem de caráter obrigatório, independentes do espaço onde se realizam.

Art. 24ª Considera-se dia escolar aquele em que se realizam as atividades escolares, trabalhos teóricos e práticos, necessários a plenitude da ação formadora, com presença obrigatória do pessoal docente, técnico e administrativo (Uikitu Kuhinã, 2007).

No Brasil, documentos garantem direitos aos povos indígenas e à sua educação formal, respeitando sua cultura, língua e costumes, como passaremos a discutir.

A Constituição Federal de 1988 garante às populações indígenas suas formas próprias de organização social, seus costumes, sua língua, suas crenças e tradições, reconhecendo, também, o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº 9394/96 garante aos povos indígenas o direito de estabelecer formas particulares de organização escolar que lhes assegurem autonomia no que se refere à criação, ao desenvolvimento e à avaliação dos conteúdos que podem ser incorporados às nossas escolas.

Com base na Constituição de 1988 e na LDBN de 1996, foi criada a Escola

Xakriabá, através do Programa de Implementação das Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI/MG), em 1997, que passou a oferecer o primeiro curso de formação de professores indígenas. Hoje, a escola Xakriabá atende desde a Educação Infantil até o Ensino Médio (Xukurank, 2015).

As escolas indígenas e a escolarização diferenciada vieram a ser implantadas no território Xakriabá nos anos de 1996 a 1997. Foi uma luta das lideranças, o Cacique Rodrigo em memória. As primeiras escolas instituídas surgiram na Aldeia Brejo Mata Fome, que ficou sendo a sede, a Xukurank na Aldeia Barreiro Preto e a Uikitú kuhinã na Aldeia Riacho dos Buritis. Só depois surgiram outras escolas vinculadas, que funcionavam de segundo endereço nas demais aldeias. José Nunes de Oliveira, sendo diretor indígena, coordenou todas as escolas do território Xakriabá de 1998 a 2004.

Em entrevista realizada em 05 de junho 2016 na Aldeia Barreiro Preto, na casa do senhor Valdim (62 anos), liderança dessa aldeia, ele nos contou um pouco da história da escolarização na época em que ele estudou, como se organizavam e como a escolarização indígena começou na Aldeia Barreiro Preto:

*[...] A gente estudou pouco naquele jeito de antigamente, que se reunia em casa de família e tinha uma pessoa que contribuía um pouco para que ele ensinasse nós. A gente lembra da dificuldade que era a luz para clarear; era com o candeeiro, os candeeiros eram de cera porque até o querosene nessa época era muito difícil, aí a gente foi melhorando de situação [...] Na década de oitenta nessa própria casa que a gente mora, não era essa mas outra, a gente criou uma escola de 1981 a 1988 e a cantineira era a dona da casa. Não ganhava nada, era só pra ajudar a professora. Tudo era difícil até a água. Quando o posseiro saiu em 1988 ficamos praticamente dois anos sem escola, depois a gente tomou providência e... e iniciou em outra escola [...] a gente avançou a primeira turma que foi para a faculdade Parque do Rio Doce, foi em 1996, depois disso que veio o projeto dessas escolas grandes que nós temos hoje. As primeiras foram feitas no Riacho dos Buritis, Brejo Mata Fome e Barreiro Preto. Hoje tem nove escolas grandes dentro da reserva. Em 1997 quando foi [a] emancipação que aí entrou o ex-prefeito Correinha mandou professores não branco formado mas nós já estava com uma turma de 36 alunos já para ir estudar no Rio Doce entre 15 anos e 17 anos, então eles... o prefeito branco disse que era uma burrice tirar professor formado e colocar pessoas que não tinham nem a quarta série, mas a gente tentou e acabou tirando os formados e colocou os daqui indígena. Depois que eles estavam formados aí que as escolas foram implantadas.*

Em 1998, quando começou a escola indígena, só o Ensino Fundamental



funcionava. Apenas em 2004 foi implantado o Ensino Médio, primeiro no Brejo Mata Fome e depois no Barreiro Preto e Riacho dos Buritis.

Durante a entrevista, o senhor Valdim nos fala, ainda, da importância da implantação da Sala de recursos na escola do Barreiro Preto:

*[...] Essas crianças que tem necessidades muitas vezes a mãe e o pai não tem condições de estar dando aquilo que ela necessita, através dessa sala de recurso está tendo como ter ajuda pra essas pessoas que tem uma situação complicada e difícil [...] a gente espera que dá continuidade e buscar mais porque a gente sabe que não é todos que estão amparados, precisa também da Assistência Social olhar mais isso de perto pra ajudar essas pessoas que necessita.*

Em torno de 2005, algumas escolas se desvincularam do Brejo como, por exemplo, a escola da Aldeia Barreiro Preto Xukurank e a Escola Uikitu Kuhinã. E a partir daí algumas escolas foram surgindo pelas aldeias, com sua própria direção escolar. Há ainda escolas que funcionam de segundo endereço e que ainda estão vinculadas a outra escola.

### **1.1 A participação da comunidade nas escolas indígenas e a Educação Especial**

Nas escolas indígenas há um diálogo amplo para a construção da proposta curricular entre os diferentes sujeitos ligados à escola, como professores e comunidade. Lideranças e comunidade indígena são indispensáveis para a criação dos planejamentos do calendário e das atividades sócio-culturais que são feitas para o ano todo, como ressaltado acima. No Calendário sócio-cultural é colocada a época das caças, da roça, das frutas do cerrado, da chuva, da seca, dos dias santos que são guardados respeitosamente pelo povo Xakriabá (Xukurank, 2015).

A comunidade vem fortalecendo cada vez mais a efetiva participação na formação cultural e social dos alunos, inclusive dos alunos com necessidades educacionais especiais. Pois toda comunidade se sente responsável em estar orientando e em não deixar a responsabilidade só para a mãe. Se está muito tarde da noite, as pessoas tem a preocupação de levar eles embora, de falar com eles para ir embora, de chamar atenção se caso estiver fazendo algo errado, de os chamar para aprender, para participar.

Nossa “ética” nunca será ensinada, mas sim construída através das lutas e do convívio nas comunidades. Segundo o documento Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (1998), a ética é considerada:

[...] como um tema transversal que permite revelar e tornar conscientes tais princípios e valores, que sustentam as diversas formas de conhecimento e conduta. Permite fazer da discussão dos conteúdos curriculares um momento para formar uma idéia sobre o mundo, um modo de pensar, um sistema de valores, que impliquem determinadas atitudes. É a base para se formar opinião sobre a vida e as questões do cotidiano. A discussão ética dos conteúdos dá a estes uma valoração social e humana, ajudando a construir o projeto de sociedade que se define como positivo para aquele grupo (Brasil, 1998, p. 101).

Na escola, os valores tradicionais recebem tratamento pedagógico, reforçando os valores de uma comunidade. “A escola não pode estar separada da comunidade e não poderá ter um passo maior que comunidade”, como destaca o Professor Kaingang no Referencial Curricular para as Escolas Indígenas. (Brasil, 1998)

No caso da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, ao longo dos últimos dez anos, identifica-se uma significativa mudança quanto às suas diretrizes, em função da aprovação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, datada de 2008. Essa Política foi seguida de dispositivos normativos como a Resolução 04/2009, do Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica (CNE/CEB), os quais reafirmam o caráter da Educação Especial como ação complementar ou suplementar e não mais substitutiva à escolarização do ensino comum, como ocorria em classes e escolas especiais.

A Educação Inclusiva tem despertado angústia e entusiasmo no meio educacional Xakriabá, pois esse processo educacional dialoga com a atitude de se comprometer efetivamente em responder, com qualidade e eficiência, as demandas educacionais de todos os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, e exige um processo complexo de transformação do pensar educacional<sup>4</sup>.

Todo o processo de transformação dessa natureza constitui uma mudança de paradigma e geralmente provoca nas pessoas diversas reações, dentre as quais ansiedade, medo, reflexão, resistência, interesse e entusiasmo. Em geral, constata-se que, inicialmente, as pessoas costumam mudar o discurso na direção do politicamente

---

<sup>4</sup> No segundo capítulo discutiremos a questão da educação inclusiva e da legislação que a orienta.

esperado e considerado correto, mantendo, entretanto, padrão de comportamento semelhante ao já conhecido (Silva; Aranha, 2005).

No caso do povo Xakriabá, o sistema de Educação Especial e educacional indígena inclusivo está em construção e aperfeiçoamento, e está sendo discutido cuidadosamente nas comunidades com os pais, lideranças e cacique.

A Educação Especial ainda é um experimento para as escolas indígenas Xakriabá. Ainda não se sabe a maneira correta de conduzir. Foi um avanço para as escolas mas, ao mesmo tempo, criou uma barreira, pois a escola já atendia alunos com necessidades educacionais especiais e o professor sabia quais necessidades e dificuldades o aluno tinha sem deixar transparecer para a turma da sala. Hoje se nomeia esses alunos como “alunos especiais”, tem os professores de apoio, e os outros alunos questionam porque eles têm direito de um professor só pra eles e os outros não. Aí tem sempre um que responde que é porque “*eles têm problemas e nós não*”.

Até o ano de 2009, as escolas indígenas tinham um número bem menor de crianças com necessidades educacionais especiais do que nos dias de hoje, pois as questões que esses alunos apresentavam não eram percebidas ou nomeadas como necessidades educacionais especiais ou como deficiência. Os alunos não eram assim chamados e conviviam com os outros sem diferenciações. A acessibilidade para ir até a escola era mais difícil devido à distância, alguns alunos tinham que percorrer até sete quilômetros a pé para chegar a escola. Professores, alunos e comunidade não tinham esse olhar para com esses alunos, como fala a professora Creusa (55 anos), moradora da Aldeia Barra do Sumaré, filha de Zé de Cristino, formada na primeira turma do curso de Formação de Professores Indígenas, no Vale do Rio Doce, há treze anos. A entrevista ocorreu em fevereiro de 2016:

*[...] tenho trinta e cinco anos de serviço como professora. Em 2005 comecei a trabalhar com 1ª e 4ª série e tinha esses alunos assim com problema como fala hoje é deficiente mental, físico [...] trabalhei com alunos que não aprendeu a leitura e nem interpretação do texto, mas em outras coisas ele desenvolvia, igual passar um recado, aprendia as brincadeiras, mas não tinha ninguém que entendia isso na turma como deficiência e nem [como] necessidades especiais, eram tudo normal [...] não tinha nenhum tipo de discriminação por parte dos alunos e professores, ele levavam a vida normal.*

Nos últimos cinco anos, houve um fortalecimento da inclusão escolar nas comunidades indígenas, por meio da organização de metas para a escolarização das

crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência intelectual, baixa visão e surdez. Essa perspectiva exige que se institua um amplo debate sobre as diretrizes das escolas indígenas brasileiras, suas organizações pedagógicas e seus profissionais, no sentido de favorecer a pluralidade de ações pedagógicas indígenas diferenciadas, que sejam complementares, articuladas e que garantam o acesso ao conhecimento, assim como a oferta de apoio para um grande contingente de alunos.

A partir dos dados que levantamos, podemos indicar que a Educação Especial veio a ser implantada no território Xakriabá especificamente nas escolas Indígena Xukurank, na Aldeia Barreiro Preto, e Bukinuk na Aldeia Sumaré I, em 2011.

De acordo com Fernanda, pedagoga que entrevistamos em sua casa, na Aldeia Sumaré III, a partir do acompanhamento que foi feito às turmas em 2010, por ela no Sumaré I e por Sandra, também pedagoga da Escola Xukurank, que trabalha na Aldeia Barreiro Preto, elas puderam perceber que tinham alunos com necessidades educacionais especiais na escola. Nessa época elas estavam concluindo a pós-graduação em psicopedagoga e esse curso, inclusive, é que deu uma base, um olhar diferente em relação a esses alunos. Segundo Fernanda:

*[...] a escola ela já vinha atendendo alunos [...] um número de alunos muito pequeno com necessidades especiais, só que não da forma como seria necessário, porque na verdade não tinha ainda uma assistência, um olhar diferenciado para esses alunos, [a] partir daí que eu comecei a ver o que eu poderia fazer diante do que o Estado tava trazendo para poder trabalhar com esses alunos com necessidades especiais, foi aí também que o Estado através de reuniões, de conversa, que foi que surgiu a oportunidade de a gente tá colocando essa realidade da escola, pra o pessoal da Secretaria e aí foi fazendo todo movimento de estar estudando a legislação, e está vendo a questão de como Estado ele... de quais são as ferramentas de que o atendimento que o Estado traria, né, pra nossa escola, e a gente fazendo também o levantamento de alunos que precisaria de atendimento educacional mais assim... de forma especial, de formas bem... de características da necessidade dele, aí a partir daí que a gente começou a tá cobrando e foi em 2011 que através de ... Fátima, né, lá da Secretaria que a gente começou a tá pensando, né como o Estado já tinha um trabalho com Sala de recursos. Aí foi que nós podemos dá um atendimento educacional especializado pra esses alunos. Foi em 2011 que foi criada nossa sala de recurso, né. Nessa época também junto com Sandra, né, supervisora do Barreiro Preto que a gente foi conversando e vendo a necessidade dos alunos que, que tinha, né, essa... foi essa necessidade de a gente tá atendendo ele. Foi aí que surgiu, que a a gente nessas conversas nós procurando também, por que? Porque quando a gente viu a necessidade desse aluno, mas a gente contar também com o pessoal da saúde, que os alunos tinham necessidade especial, porém isso não tinha, como que*

*se diz, é... o laudo que a gente fala, né. Então a gente tentou procurar o, o, a pessoal da saúde pra tá ajudando a gente. Eu também fiz, é claro, que esse aluno ele tem, o professor da sala de aula e tem também o direito a um atendimento, né, é, diferenciado.*

E devido à demanda da escola e da comunidade foi possível criar a sala de recursos.

A partir do que discutimos sobre a trajetória das escolas indígenas Xakriabá, abordamos de modo introdutório questões relativas ao percurso escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas indígenas. No próximo capítulo, apresentaremos um pouco da história da Educação Especial e da Educação Inclusiva no Brasil para, no terceiro capítulo, abordar a realidade das escolas indígenas Xukurank e Uikitú Kuhinã em relação a esse tema.

## **CAPITULO 2: A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

No Brasil, o atendimento à pessoa com deficiência se iniciou na época do império com a criação de duas instituições: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos na cidade do Rio de Janeiro. No início do século XX, em 1926, é fundado o Instituto Pestalozzi. Essa instituição era especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1945 é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff, e em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). (Brasil, 2008)

O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) é criado em 1973, vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura da época, sendo responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil. Esse órgão fomentou ações destinadas a pessoas com deficiência e com superdotação, mas eram ações marcadas por “campanhas assistenciais e ações isoladas do estado”. (Brasil, 2008, p. 7)

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, define a obrigatoriedade do ensino fundamental de oito anos, e assegura o atendimento educacional especializado como um dever do estado brasileiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de n. 9394/1996, apresenta um capítulo destinado à Educação Especial. No artigo 58, situa a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar, que deve ser oferecida de modo preferencial na rede regular de ensino.

Em 1994, é realizado um encontro em Salamanca, Espanha, que dá origem à Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais (1994). Essa declaração é considerada um marco para a discussão da educação inclusiva no Brasil.

Segundo Reis e Ross (2008):

(...) o conceito de inclusão é um desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito à educação é para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais.(...) A declaração de salamanca defendia a idéia de que todos os alunos (...) devem aprender juntos independente de suas capacidades (p. 5)

Já Alonso (2013:s/p), diz que a educação inclusiva “significa educar a todos no mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de educação não significa negar as dificuldades de estudante. Pelo contrario, com a inclusão as diferenças não são vistas como problemas, mas com diversidades”.

O Parecer CNE/CEB de n. 14/99, que discute as Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena reconhece que a ausência da temática da Educação Indígena nos cursos de formação de professores, e “determina que conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas, são conhecimentos exigidos na construção dos projetos pedagógicos dos cursos de formação dos docentes”. O Parecer alerta, portanto, sobre a importância da temática nos processos de formação docente.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva assegura a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino a garantir acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de Educação Especial desde a educação infantil até a educação superior; e oferta do AEE. Sobre o público alvo, o documento assim o define:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (Brasil, 2008, s/p).

O documento da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) assim qualifica o movimento inclusivo:

O movimento pela inclusão é uma ação política cultural, social e pedagógica, que acontece em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, junto a sociedade sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que busca a igualdade e ao mesmo tempo a diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação a ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 5).

Mais recentemente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira da Inclusão, de n. 13.146, de 6 de Julho de 2015, também assegura o direito à educação às pessoas com deficiência, como podemos acompanhar abaixo:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

Embora o acesso seja garantido pelas legislações e documentos citados acima, há certas dificuldades a serem superadas tanto no sistema educacional, quanto nas práticas pedagógicas. É preciso traçar estratégias para poder atender os alunos da melhor forma, repensar a organização das escolas e a construção do sistema educacional inclusivo, pois quando a escola abre suas portas para a Educação Especial, ela precisa se preparar para receber esse público e as suas especificidades serem atendidas.

Em relação à abordagem pedagógica, Kassar (2011) destaca que se deve trabalhar com a criança com necessidades educacionais especiais conhecimentos diferenciados, como, por exemplo, jogos, brinquedos divertidos, dentre outros.

Os trabalhos que abordam a relação entre a formulação das políticas educacionais e os interesses globais fornecem elementos adicionais para se entender a educação no Brasil. Pois, além de ser concebido como um direito social, a educação é



também valorizada como formadora de uma “cultura da modernidade”, como indica Kassar (2011). Cada aluno tem seu jeito e tempo para desenvolver seu aprendizado Uns são mais lentos, outros não, mas eles sempre correspondem às suas próprias expectativas o tempo não é o do professor, mas, s do aluno mesmo.

A partir do que foi abordado, é importante mostrar alguns elementos das práticas pedagógicas realizadas com os alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas indígenas Xakriabá. Para tanto, apresentaremos no próximo capítulo dados das experiências de trabalho de duas escolas indígenas, a Escola Estadual Indígena Xukurank e a Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã, onde realizamos nossa pesquisa de campo.

## **CAPITULO 3: AS ESCOLA XAKRIABÁ E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O trabalho que vamos apresentar foi desenvolvido em duas Escolas indígenas Xakriabá: a Uikitu Kuhinã e a Xukurank.

Apresentaremos, neste capítulo, o Projeto Político Pedagógico dessas escolas, como funciona sua organizações escolar e como a Educação Especial está sendo desenvolvida nessas escolas.

### **3.1. O percurso da Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã**

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã de ensino fundamental, situada na Aldeia Riacho dos buritis, terra indígena Xakriabá, município de São João das Missões, estado de Minas Gerais, foi elaborado com a participação dos professores, alunos, pais, lideranças, enfim, de toda comunidade escolar, com o objetivo de direcionar os trabalhos escolares, bem como todo o funcionamento da escola.

A Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã, da Aldeia Riacho dos Buritis, tem o modelo arquitetônico indígena, prédio próprio, com quatro turmas e um total de 152 alunos. O modelo atual da escola foi criado em 2002, mas já havia processos educativos anteriores na Aldeia Riacho dos Buritis, onde os educadores lecionavam em barraco de pau-a-pique e cobertura de palha de buritis.

As escolas de segundo endereço localizam-se nas aldeias Poções com duas turmas e um total de 10 alunos que estudam em prédio próprio, construído pelo Programa Casa Escola, da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Em Pedrinhas existem duas turmas, com um total de 23 alunos, prédio próprio também, construído pelo Programa Casa Escola da SEE-MG. Em Pindaíbas e Itacarambzinho há quatro turmas em cada endereço, e em Forges, cinco turmas.

A escola atende os alunos na modalidade de ensino regular e tem caminhado no sentido de garantir acessibilidade a todos aqueles que estão dentro da escola e que querem aprender a ler e a escrever, em especial os alunos com necessidades educacionais especiais. A escola atua, também, no sentido de trazer para seu espaço aqueles alunos que não estudam mais ou aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de estudar.

A Educação Especial é considerada, atualmente, uma modalidade transversal de educação regular que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido por uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos os alunos. (Uikitú Kuhinã, 2012).

A escola tem por objetivo atender a demanda da comunidade, com o objetivo de melhorar as condições de assistência e aprendizagem do aluno, dando apoio aos professores, estudantes e a todos os servidores da escola. Na Proposta Pedagógica da escola está contido todo o perfil e modalidade da escola desde sua criação até os dias atuais. Qualquer servidor que é ou passa a ser funcionário desta escola tem como obrigação conhecer sua Proposta pedagógica, que vai indicar os procedimentos da escola, do administrativo até o pedagógico, assim como o Regimento escolar.

A Proposta pedagógica foi elaborada para que a Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã tenha um documento que seja referência, ou seja, um guia para que os profissionais assim possam realizar bem seus trabalhos, bem como o plano de vida do povo Xakriabá. Portanto, ela é importante porque a escola vai ter um rumo a seguir, trabalhando de acordo com a realidade da comunidade e do povo. É também um processo em que cacique, lideranças e demais pessoas das comunidades participam.

A Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã atende alunos com necessidades especiais, de acordo com o Parecer 424, de 27-05-2003, incluindo-os nos diversos campos de conhecimentos e sendo adaptados atendimentos metodológicos de acordo com suas especificidades.

Os alunos são atendidos dentro da mesma concepção de ensino em que a escola se posiciona, adotando, sobretudo, práticas pedagógicas inclusivas e específicas para que alunos com necessidades educacionais especiais sejam atendidos com uma educação que contemple os anseios da sociedade.

As necessidades especiais atendidas são: baixa visão, deficiência auditiva/surdez parcial, deficiência fonológica, deficiência múltipla, deficiência física, deficiência intelectual.

Dentro desses conceitos e pelo fato da Escola Uikitu Kuhinã não possuir Sala de recursos, qualificação especializada para professores e o professor de apoio para melhor atender essa demanda, são propostos planejamentos e avaliações específicas para que os alunos tenham um bom desempenho e aprendizado de qualidade, como podemos

verificar no trecho do seu projeto: “(...) O desenvolvimento das atividades diversificadas acontece de forma dinâmica, tendo como foco os trabalhos interdisciplinares envolvendo turmas de diferentes níveis de escolaridade, promovendo a integração de alunos e professores” (Uikitú Kuhinã, 2012).

A escola, dentro de suas possibilidades, está aberta para receber os alunos com necessidades especiais e dar uma atenção maior para os alunos com dificuldades de aprendizagem.

### **3.1.1. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais da escola Uikitú Kuhinã**

A escola recebe e atende os alunos com necessidades especiais, como ressaltado acima, adotando alguns procedimentos específicos, como: atendimento de acordo com as especificidades de cada aluno, tendo como instrumento pedagógico o planejamento diferenciado. A escola providencia análise e laudos diagnósticos para possíveis acompanhamentos especializados.

A Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã atende os alunos na modalidade de ensino regular e a escola tem caminhado no sentido de garantir a inclusão de outros alunos que estão fora da escola. Em entrevista concedida pela diretora Ivenira Ferreira Leite, da Aldeia Poções, ela fala que a escola ainda está para aderir a Sala de recursos e o professor de apoio, como podemos acompanhar abaixo:

*A gente conseguiu cadastrar a escola, né, já estamos vendo o contrato para um professor de apoio que vai atender as cinco escolas que são vinculadas [...] mas ainda não está autorizado pra começar. [...] Mesmo nós sabemos que não era um atendimento adequado devido a necessidade do aluno a gente via que precisava de um outro recurso que a gente não tinha, não dava conta de atender a demanda, a escola agora a partir do ano 2016 a gente vai estar aderindo a Educação Especial, onde vai atender aqueles alunos que tem dificuldades mesmo que intelectual ou até mesmo a dificuldade que só o médico especialista pode dizer qual é o problema, e aqueles meninos que não consegue ler e escrever no tempo certo essa sala de recursos também ela pode ta ajudando.*

Ivenira destaca que a Sala de recursos e o professor de apoio são dois pontos positivos para um avanço para a escola. Primeiro que o aluno vai ser acompanhado com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que é um documento que descreve a vida

escolar do aluno. Esse PDI é construído com professores e pais. Segundo Poker et al., O PDI pode ser considerado:

documento elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado com o apoio do coordenador pedagógico da unidade escolar. O PDI serve para registrar os dados da avaliação do aluno e o plano de intervenção pedagógico especializado que será desenvolvido pelo professor na Sala de Recursos Multifuncional. É constituído de duas partes, sendo a primeira destinada a informes e avaliação e a segunda voltada para a proposta de intervenção. São assim denominadas: Parte I – Informações e Avaliação do Aluno e Parte II – Plano Pedagógico Especializado.

Para que o aluno tenha direito ao professor de apoio e a outros serviços especiais é necessário que se tenha um diagnóstico, baseado na Classificação Internacional de Doenças (CID).

A CID é a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças é publicada pela Organização Mundial de Saúde - OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. A CID fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. A cada estado de saúde é atribuída uma categoria única à qual corresponde um código CID.

Segundo a professora de apoio da Escola Xukurank, Dete da Silva Correa, ela nos conta que trabalha com um aluno de seis anos e que é atribuição dela, também, acompanhá-lo em exames, consultas medicas e odontológicas, e a orientar os pais no uso da medicação.

As escolas indígenas têm buscado cada vez mais diversidade para o ensino dos alunos com necessidades educacionais especiais, e têm trabalhado com cada um, com suas especificidades de cultura, respeitando seus costumes, crenças e sempre procurando escutar os mais velhos, pois isso é fundamental para o desenvolvimento dos planejamentos que são feitos na escola indígena.

Durante a nossa pesquisa, resgatamos algumas memórias relativas à escola Uikitú Kuhnã. No caso de Dona Alice, da Aldeia Riacho dos Buritis, ela nos contou que era professora de quinta a oitava serie, e que fez parte de uma das primeiras turmas de professores formados no magistério indígena. Ela nos relatou que na época em que

trabalhava com 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série, a maioria dos alunos não tinha problema no aprendizado: tinha alunos que aprendiam mais rápidos e outros tinham mais dificuldades para ler e para escrever, mas eles conseguiam fazer desenhos. Então, assim, com as dificuldades que os alunos tinham, eles reprovavam, só que na fala, eles falavam bem, cantavam bem, tinham vontade de estudar, não faltavam à aula. Reprovavam, mas não desistiam,”tanto que tive uma aluna que tinha muita dificuldade no aprendizado, mas ela conseguiu formar o ensino médio”. Segundo Dona Alice, o planejamento pedagógico era igual ao dos outros alunos, mas ela conta que o que fazia a diferença era na hora de aplicar o planejamento. Ela dava mais atenção àqueles meninos que tinham mais dificuldades, com paciência, calma, com um jeito de ensinar, com amor, carinho, porque esses alunos não aprendiam rápido. Para Dona Alice não era falta de interesse deles. A professora não descobria o que acontecia porque interesse eles tinham, eram bem esforçados. Atualmente, Dona Alice é professora de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série.

Alem dos trabalhos interdisciplinares que o Projeto Político Pedagógico da escola aponta, é trabalhada a língua Akwen,ela aparece tanto nos vocabulário quanto nos cantos do povo Xakriabá.

Durante a realização da observação participante, verificamos que as turmas são multisseriadas, têm alunos da segunda, terceira e quarta séries. Em uma das turmas da Aldeia Itacarambzinho havia dez estudantes, sendo dois com necessidades educacionais especiais, um menino e uma menina. Para o professor dar atenção a todos é muito difícil, mas mesmo assim ele se desdobra para ajudar os meninos e as meninas a adquirir um bom desenvolvimento. Outra dificuldade que o professor encontra é por não ter uma capacitação específica para estar dando um maior apoio para os alunos especiais. Muitas vezes, o professor não dá conta de ensinar todos e os alunos da quarta série ajudam aqueles que têm dificuldades nas atividades.

Uma das alunas especiais não tem diálogo com o professor e nem com os colegas, o professor pergunta se ela entendeu a atividade e ela não fala nada. Fica também olhando para os lados com frequência.

O planejamento é diferenciado. Por exemplo, se o aluno está na segunda série é trabalhado com ele temas da primeira série. São trabalhados desenhos, vogais, alfabeto, sílabas, palavras, jogos pedagógicos e pequenos números. Enquanto o professor aplica atividade para a turma, os alunos com necessidades educacionais especiais ficam olhando figuras, desenhos em livros de didáticos e os mesmos gostam muito de pintar desenhos.

### 3.2. O percurso da Escola Estadual Indígena Xukurank

A Escola Estadual Indígena Xukurank está localizada na Aldeia Barreiro Preto, Terra Indígena Xakriabá, município de São João das Missões, estado de Minas Gerais. Conta atualmente com 87 funcionários entre professores, diretor, supervisores pedagógicos, coordenadores, bibliotecários, auxiliares de secretaria e auxiliares de serviços gerais, oferecendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Incluindo a modalidade da Educação Especial e da Educação Integral, dentre outros programas, como o Mais Educação e o Escola Aberta, ambos voltados para um bom desempenho e melhor atendimento dos nossos alunos. A escola atende atualmente 257 alunos. A sede funciona em prédio próprio e os demais segundos endereços funcionam em barracos construídos pela comunidade e casa cedida por familiares. Os segundos endereços funcionam nas seguintes localidades: Sub-Aldeia Brejinho, Sub Aldeia Olhos D'Água e Sub Aldeia Veredinha.

O espaço físico da escola sede é de aproximadamente 1600m<sup>2</sup>, contendo: três salas de aula, uma biblioteca, dois blocos de banheiros, uma cantina, um depósito, uma sala do diretor, uma secretaria, uma quadra de esportes sem cobertura. O prédio é próprio, com modelo de projeto arquitetônico indígena. Funcionam, também, turmas em uma das salas no prédio antigo construído pela prefeitura, ao lado do prédio novo. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola:

Nossa escola Indígena tem algumas características específicas como: professores indígenas; calendário próprio, construído respeitando os costumes da comunidade. O processo de formação é voltado para a realidade de nosso povo Xakriabá, com a cultura, modo de vida, história de luta, manejo do território, pesquisas com os mais velhos. A nossa escola indígena além de trabalhar todas as disciplinas que são exigidas no plano curricular, vem em primeiro lugar a cultura, os costumes diferentes, que é o eixo central da escola e que faz também ser uma escola diferenciada..(Xukurank, 2015, p. 14)

Recentemente, foram construídas escolas em veredinha, Brejinho e olhos d'Água.

Antigamente, o nome dado à escola pelos Xakriabá era de grupo. Eles denominavam assim pelo fato de serem grupos de pessoas estudando. Eram alunos de várias idades e não tinham uma série específica. Aquelas que tinham filhos e não tinham com quem deixar, levavam todos e denominavam esses alunos como “encostado”,

referindo-se a alunos que não tinham idade para serem matriculados regularmente na escola. A infra-estrutura era precária. Em várias aldeias os alunos estudavam debaixo de árvores ou em barracos feitos de pau-a-pique. O telhado era coberto por palha de buriti e os assentos eram improvisados. Então, tudo isso que foi citado dificultava o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais. É relevante lembrar disso, até mesmo para refletirmos e termos uma flexibilidade nos dias de hoje. A importância e os avanços que as escolas indígenas tiveram nos últimos quinze anos, na infraestrutura, no transporte, inclusive na educação inclusiva, mesmo isso sendo recente no contexto do território Xakriabá.

### **3.2.1. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais da escola Xukurank**

Segundo o Guia de Orientação da Educação Especial da rede estadual de ensino de Minas Gerais (2014), a educação inclusiva parte do princípio de que todos têm o direito de acesso ao conhecimento sem nenhuma forma de discriminação. Tem como objetivo reverter a realidade histórica do país, marcada pela desigualdade e exclusão. A política educacional inclusiva da rede pública estadual é orientada pelo reconhecimento deste direito, respeito à individualidade e valorização da diversidade.

As propostas de inclusão foram iniciadas dentro da educação indígena Xakriabá a partir da sensibilidade do olhar para o diferente. Nossos alunos especiais passaram a ser vistos como pessoas comuns, que podem contribuir de diversas formas e nos mais variados aspectos, principalmente para as pessoas que estão à sua volta.

A Escola Estadual Indígena Xukurank passou a realizar atendimento a esses alunos, assim que receberam os laudos, expedidos por médicos especialistas, especificando por meio da CID, o transtorno/deficiência de ambos. Nesse meio tempo, após muita luta, tivemos em junho de 2013, a implantação da Sala de recursos na escola, o que se configura como um avanço. O grande desafio no momento está na falta de orientação e capacitações específicas para se trabalhar com esses alunos especiais.

Atualmente a escola atende dezesseis alunos especiais, com diferentes tipos de deficiência, como: baixa visão, surdez, transtorno global do desenvolvimento, intelectual e mental. Alguns desses alunos possuem professor de apoio e assim que passaram a ser atendidos dessa forma, começaram a se desenvolver melhor, principalmente em relação ao comportamento.



A Sala de recursos da escola Xukurank ainda é uma sala improvisada, onde o espaço é muito pequeno, mas muito bem organizado, vários desenhos jogos feitos pelo próprio alunos e alfabeto em libras colada na parede.

Sandra N. Correa, pedagoga da escola Xukurank, fala da carência de material disponível pelo Estado para a sala de recursos, a falta de equipamentos e de tecnologia adaptada:

*[...] se nós queremos nossas crianças incluídas é nós que vamos procurar maneiras de nos adaptar a eles. Se tem o lápis e ele não consegue segurar o lápis por ser mais fino, nós adaptamos o lápis, colocamos EVA para manusear melhor [...] e tentar identificar o que mais chama atenção deles. É a partir daí que vamos criar mecanismos para estar desenvolvendo as atividades com eles. As praticas indígenas elas conciliam com a pedagogia, por exemplo, para trabalhar melhor o psicológico e a coordenação motora é usado o barro para eles amassar, modelar, formar objetos. Usam tintas para desenhar. Eles gostam muito de pintar a pintura corporal indígena, né, que é feita com urucum e jenipapo. Participam ativamente nas oficinas de artesanatos, dança, o toré [ritual]. Gostam de instrumentos, sanfona pandeiro... e cada um produz e fala para os outros o que aquilo representa... e tudo aquilo que eles desenharam no caso dos alunos com transtorno, mesmo que a gente não sabe o que é, mas quando eles falam o que é, aquilo aí a gente vê que tem sentido o que eles dizem... Percebemos também que eles tem uma percepção muito boa, a facilidade de reconhecer as pessoas, então, nós colocamos eles para apresentar os colegas da sala. É trabalhado na sala também a leitura de imagens, aí a gente relata tudo.*

A dinâmica da Educação Especial escolar indígena dos alunos já inseridos na escola, o processo de aprendizagem e a prática acontecem de modo diferentes. Segundo Sandra Nunes, pedagoga da Escola Xukurank, além dos jogos que a escola compra para os alunos, é usado também o barro, argila para desenvolver o psicológico, o raciocínio, a coordenação motora. Amassar o barro e formar objetos como animais, pratos, dentre outros. Eles fazem todo o processo desde pegar a matéria prima, formar o objeto até a queima da cerâmica supervisionado e, claro, eles participam das oficinas de artesanatos que são oferecidas pelo projeto de tempo integral. Eles produzem seus próprios trajes culturais. É usada, também, a pintura corporal, como ressaltado na entrevista.

No caso dos alunos com transtornos, além do que já foi citado, é trabalhada a memória de reconhecer as pessoas. Segundo Sandra Nunes: “eles têm muita facilidade de guardar o rosto das pessoas, então trabalhamos com eles em apresentar todos os colegas de sala”.

Avaliar não exige receita pronta e acabada. Uma vez que mesmo tendo um direcionamento para determinada ação, muitos adotam metodologias diferentes. Avaliar somente através de notas, com certeza é arriscar alienar um determinado conhecimento ou habilidade do educando. Sabendo que limites não podem fazer parte do vocabulário de qualquer ser humano, dentre estes, os alunos especiais. Cada um dentro de suas especificidades deve ser respeitado, inclusive, estimulados a superar os desafios que lhes são propostos.

Os alunos especiais são avaliados constantemente, levando em conta os mínimos avanços, ou até mesmo ações que ainda não conseguem realizar. Esses alunos são avaliados por meio do PDI, que contempla a vida escolar e pessoal dos mesmos, levando em consideração avanços e demais processos de desenvolvimento. Na Educação Especial, os alunos têm direito a mais tempo em cada série, não caracterizando isso como reprovação, mas como uma forma de rever e participar das aulas com aproveitamento.

Assim, entendemos que para a inclusão acontecer efetivamente, a acessibilidade deverá ocorrer a todo o momento, desde a acolhida até o acompanhamento e a avaliação desses alunos. Adequando os conhecimentos dentro da necessidade, contribuindo para o acesso ao conhecimento e aos diversos saberes que norteiam a educação e a inclusão com o olhar especial.

Durante a realização desta pesquisa, realizamos observação participativa na escola, o que nos permitiu conhecer mais da realidade dos alunos com necessidades especiais. A partir dessas observações, verificamos que é notório que os alunos progridem. Eles estão sempre atentos a tudo, ao jeito de receber, de cumprimentar as pessoas pegando na mão, dando benção para os mais velhos. Eles pegam cadeira para as pessoas sentarem. As professoras de apoio os prepararam para apresentação com os instrumentos: sanfona, pandeiro e triângulo, e eles realizam a atividade tranquilamente.

Eu, Celma, pude notar nos olhos da mãe a felicidade. No caso aqui observei os alunos com necessidades educacionais especiais, classificados como tendo transtorno moderado, em uma noite cultural na Casa de Hitus, da Aldeia Barreiro Preto. Tratava-se de quatro meninos de cinco a quinze anos. E tudo isso foi um avanço em relação à convivência deles em sociedade, principalmente com os colegas de sala, pois, segundo relatos obtidos, eles danificavam os materiais deles e dos colegas, quebravam os lápis, rasgavam caderno, livros, tiravam a roupa e era difícil a comunicação com demais colegas.

A professora da sala de recursos Maria dos Reis, relatou que trabalha na sala de recursos com os alunos com necessidades educacionais especiais desde 2013, mas a sala ainda é improvisada e os materiais são construídos pelos professores de acordo com a necessidade do aluno. Ela trabalha todos os dias da semana. Cada dia trabalha com dois alunos que têm surdez, transtorno global do desenvolvimento, baixa visão e deficiência intelectual. O aluno que é classificado no CID com a numeração 71 tem direito a benefício. Segundo a professora, tem aluno que não consegue ficar o tempo todo na sala, e então ele sai vai para a quadra, a professora vai acompanhando o aluno e leva a bola para brincarem um pouco com os colegas que estão no mesmo local. Maria dos Reis diz, ainda, que quando chega a hora da aula e eles não aparecem, ela vai até a casa buscá-los. Ela trabalha com alunos com mais de uma necessidade. Para ela dar conta desses meninos precisa ter um jogo de cintura porque em um momento o aluno está na sala e em outro momento ele já foi para outro lugar.

No depoimento abaixo a professora relata que precisa estar sempre inovando a maneira de trabalhar com os alunos que frequentam a sala de recursos, como podemos acompanhar:

*[...] tenho que sempre procurar algo que desperta a curiosidade deles para eles permanecer na sala, toda hora fica saindo e não volta, vai pra casa dos vizinhos... é preciso ir atrás. Tem a outra turma que participa das oficinas de artesanato, aí tenho que ir pra lá com eles. Tenho que ir pra onde eles quer. Os que tem transtorno, agora os outros ficam na sala.*

A sala de recursos vem como um ponto positivo, auxiliando no aprendizado da escolarização, um avanço, não só por gerar emprego, mas, sim, poder ajudar a identificar as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e, a partir daí, construir estratégia para trabalhar com eles.

Durante a nossa pesquisa ouvimos muitos relatos principalmente em reuniões da escola, que a sala de recursos não substitui a sala de aula junto com os outros alunos, ela é um auxílio e proporciona uma atenção mais específica para o aluno, ajudando-o a interagir e a desenvolver. Além disso, ajuda, também, no auxílio à professora regente de turma.

Segundo a entrevistada Sandra, o aluno só tem direito à professora de apoio se for classificado como tendo Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e se for deficiente físico, por não conseguir ir ao banheiro e alimentar-se sozinho. Esses alunos,

como dissemos anteriormente, são quatro meninos classificados como tendo transtorno moderado e que estudam na escola Xukurank, que fica na Aldeia Barreiro. A avaliação desses alunos é feita pelo especialista e a escola identifica, mas quem pode dar o aval, como o especialista, no caso é o neurologista. O especialista é quem pode gerar o CID.

Há alunos com outras deficiências na escola Xukurank, deficiências essas que não autorizam a contratação do professor de apoio. Ao todo são 16 alunos que frequentam a sala de recursos e que apresentam surdez parcial, baixa visão, e deficiência intelectual, como indicado acima.

Com os alunos com surdez parcial é ensinada a Língua de sinais e a emissão de sons. No caso dos alunos com deficiência intelectual, o que eles mais desenvolvem é a oralidade por meio de histórias narradas, mímicas, “remedar” (imitação). Uma das características do deficiente intelectual é que por mais que eles tentam, se esforcem, o processo deles para poder aprender é lento e eles esquecem muito rápido: ao mesmo tempo que sabiam já não sabem mais, e é normal o aluno progredir um tempo e regredir no outro, como nos falou Sandra Nunes, pedagoga da Escola Xukurank.

Assim que o aluno com necessidades educacionais especiais é matriculado na escola, é preenchido um formulário junto com a família. Esse formulário é chamado de PDI, onde contém todas as informações do aluno: se ele consegue ir ao banheiro sozinho, se alimenta sozinho, se toma medicamento, e o PDI também assegura ao aluno ter um tempo maior na escolarização. O que conseguiu desenvolver, o que não conseguiu e o porquê.

Segundo Domingos, pai de uma aluna com necessidades educacionais especiais da sub Aldeia Olhos d’água dos Pimenta, ele ressalta que com o professor de apoio e a sala de recursos sua filha ganhou um bom desenvolvimento na leitura, na escrita e até mesmo na organização do apoio:

*Essa aula de apoio a gente viu diferença, mudança, eu achei que melhorou bastante o desenvolvimento dela. Antigamente ela tinha mais dificuldade de aprendizado na leitura e até para escrever mesmo. Então o professor de apoio trouxe bastante ajuda, eu achei que foi bom ela, aprendeu mais rápido, até também na organização de... da... assim... de apoio a gente achou que melhorou bastante, viu diferença né. Até que a gente viu falando que não ia mais contratar o professor de apoio, a gente ficou preocupado, porque se parece que ia ser bem pior. Mas Deus ajudou que continuou e que seguir mais para frente é melhor ainda.(março,2017).*

A maioria das comunidades indígenas ainda não conhece ou não fala de pessoas

com necessidades educacionais especiais. Eles as denominam com outros nomes, dados pela própria comunidade, pelo dialeto indígena Xakriabá e que varia de aldeia para aldeia. Vamos citar alguns nomes que ouvimos durante a pesquisa, principalmente pelas pessoas da comunidade Xakriabá, como:

- "Maroleto": pessoas que têm algum problema neurológico;
- "Problemado": que é deficiente físico;
- "Sandice": que significa não estar em sua consciência normal;
- "Tôlo": pessoa que não tem iniciativa ou que é tímida.

As escolas onde desenvolvemos a nossa pesquisa procuram a melhor forma de atender alunos com necessidades educacionais especiais. Utilizam de métodos para atender cada especificidade, mesmo não tendo a sala de recursos. A escola não deixa de acolher alunos com necessidades educacionais especiais. A escola tem a mesma perspectiva que tem com outros.

A escola estadual indígena Xukurank já tem o professor de apoio juntamente com o regente da turma e também tem a sala de recursos, embora seja mais improvisada. Isso foi conquistado através de uma grande luta de Fernanda, pedagoga da Aldeia Sumaré III, junto com Sandra, pedagoga da escola Xukurank. Foi por meio de reuniões com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, liderança, direção da escola e comunidade que elas conseguiram esses professores. Tiveram um esforço de estar buscando esse professor de apoio e a sala de recursos para que a escola Xukurank tenha um bom desenvolvimento.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, o que mais nos marcou foi ver como a escola e a comunidade se sensibilizaram com a causa dos alunos com necessidades educacionais especiais. Todos zelam dentro e fora da escola por esses alunos, talvez, também, por serem estudantes de família carente. Cinco meninos, dentre os 16 são da mesma família e a mãe não tem controle deles, então a comunidade acaba se envolvendo.

Ao final deste trabalho, levantaremos alguns pontos referentes às duas escolas.

Cada uma das duas escolas pesquisadas tem sua organização. Isso depende de cada direção escolar, no sentido da gestão. Nas nossas escolas, o termo "direção escolar" envolve supervisão, coordenação e direção.

A partir dos relatos que obtivemos, verificamos que a Educação Especial começa a surgir quando a escola contrata pedagoga com formação e, também,

psicopedagoga como nos falou Fernanda da Aldeia Sumaré III e Sandra, pedagoga da Aldeia Barreiro Preto. No acompanhamento das turmas começam a perceber que os alunos ficavam vários anos na mesma série. Então, diante disso, fazem o que podem para ajudar a escola.

A escola Uikitú Kuhinã não tinha pedagogo para observar a diferença dos alunos com necessidades educacionais especiais. Sendo assim, contratou recentemente pedagogos para estar fazendo o mesmo processo de identificação das necessidades dos alunos. Os laudos que são expedidos pelo médico especialista demoram um pouco devido ao reduzido número de vagas de atendimento para o território Xakriabá. Há, também, reunião com as cinco aldeias para falar da Educação Especial, do relatório e montar o processo. Isso leva um pouco de tempo.

O que mais chamou nossa atenção em relação à escola Uikitú Kuhinã é que as turmas ainda são multisseriadas e não tem a sala de recursos. Já tem o professor de apoio desde o final de 2016, mas esse profissional atende os estudantes em outro horário e não no mesmo período que o professor regente da turma trabalha, como ocorre na escola Uikitú Kuhinã.

Algumas práticas que nós achamos interessantes nas escolas é aprender contar cantando e os trabalhos de campo, por exemplo. Medir através das passadas. Eles participam, também, de alguns projetos da Associação Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto (AIXABP), que mostram a importância do reflorestamento, levam os estudantes para conhecer as plantas medicinais. Nesse caso, vão alunos, professores e um ancião da aldeia, conhecedor das plantas medicinais. Eles catalogam as folhas e relatam sobre aquela planta. Uma das práticas que está dando certo são os trabalhos em grupos, assim vão aprendendo a socializar. Em eventos culturais que acontecem na cabana de Hitus, e realizada na aldeia todo mês a escola participa como um dia letivo. Ali o aluno aprende as tradições do nosso povo, o tema é sempre a cultura, mas em cada mês é uma abordagem diferente. Eles socializam, participam das apresentações e são os que mais interessam na articulação. Na oralidade eles contam histórias relatadas pelos mais velhos. Consideramos que a escrita é importante, mas a oralidade também, pois é essa a essência da nossa ancestralidade e que não pode ser esquecida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola dentro do território Xakriabá, ao longo de muitos tempos, foi fragmentada. A nossa cultura foi adormecida e não podíamos praticar a nossa cultura. Agora estamos no processo de territorialidade e afirmação da nossa identidade, da prática da nossa cultura e resgate da língua.

A educação indígena diferenciada é um processo de autonomia que conquistamos. Neste caso, a escola vem transformando cada vez mais, se fortalecendo, afirmando, trazendo para dentro da escolarização a cultura do povo Xakriabá. Quando se fala na experiência que as escolas passaram e que se pensa num modelo de educação indígena diferenciado, devido à fragmentação que as escolas indígenas passaram, hoje se pensa uma educação indígena voltada para os povos indígenas, então ela ganha um novo sentido. Assim, garantir o acesso aos conhecimentos ocidentais e tradicionais sem precisar negar a especificidade cultural. Mesmo quando os governos não querem aceitar o modo de trabalhar numa escola indígena, a luta é constante para que nossos modos sejam aceitos.

Verificamos, a partir de nossa pesquisa, que as escolas já atendiam alunos com necessidades educacionais especiais, mas que esses estudantes não eram nomeados assim. Hoje, a Secretaria Estadual de Educação quer dar nome, de modo que tudo esteja dividido em cada caixinha pra se poder pensar em uma política para a Educação Especial. Para nós, indígenas, não existe essa divisão quando se cobra o território e também a saúde e a educação.

O nosso trabalho vem também fazer registro do processo de escolarização indígena e da Educação Especial Indígena para que futuras gerações conheçam e dêem continuidade a esse trabalho.

A Escola Estadual Indígena Xukurank e a Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã, com suas experiências já conquistadas, servem como um ponto de referência para outras escolas indígenas, tanto no sentido de conseguir o professor de apoio e a implantação da sala de recursos, quanto no sentido de buscar a contratação de outros professores que atendam a demanda das escolas indígenas, em todas as suas especialidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Daniela Os desafios da Educação Inclusiva: foco ans redes de apoio. Revista Nova Escola on line. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>. Acesso em 01-05-2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. CORDE. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9493, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União de 23 dezembro 1996.

BRASIL. Referência curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

KASSAR, Mônica de Carvalho M. Percursos da constituição de uma política brasileira de Educação Especial inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.17, p.41-58, Maio-Ago., 2011. Edição Especial.

REIS, Rosangela L. dos; ROSS, Paulo Ricardo. A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular. 2008. Disponível em: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf). Acesso em 02-05-2017.

SILVA, Simone C.; ARANHA, Maria Salete F Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 11, n. 3, p. 373-394.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MINAS GERAIS. Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Versão atualizada. Secretaria Estadual de Educação, 2014.

POKER, Rosimar B.; MARTINS, Sandra Eli S. de O.; OLIVEIRA, Anna Augusta S. ; MILANEZ, Simone G. C.; GIROTO, Claudia Regina M. Plano de desenvolvimento individual para o Atendimento educacional especializado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, 2013.

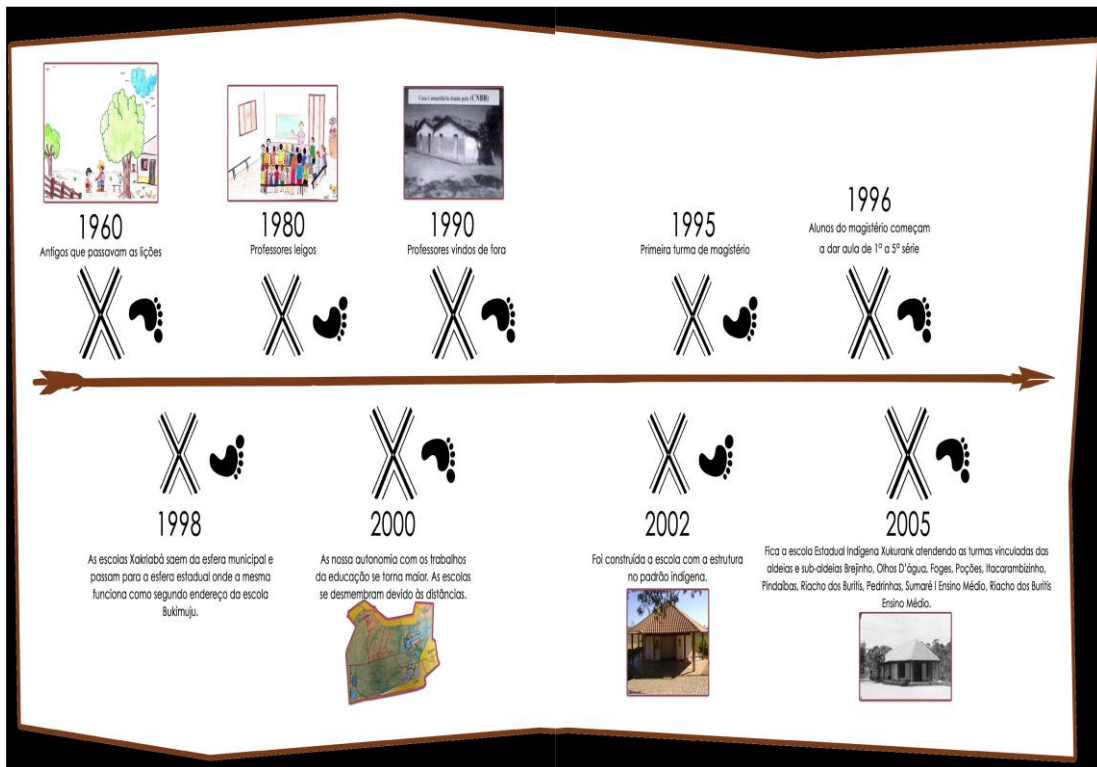
UIKITÚ KUHINÃ. Proposta Político-Pedagógica da Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhinã, 2012 (mimeo).



UIKITÚ KUHINÃ. Regimento Interno da Escola Estadual Indígena Uikitú Kuhnã, 2007 (mimeo).

XUKURANK. Proposta Político-Pedagógica da Escola Estadual Indígena Xukurank, 2015 (mimeo).

## ANEXOS



ANEXO 1: Linha do tempo desde o início da escolarização



ANEXO 2: Jovem especial da aldeia Foges, que inspirou este trabalho



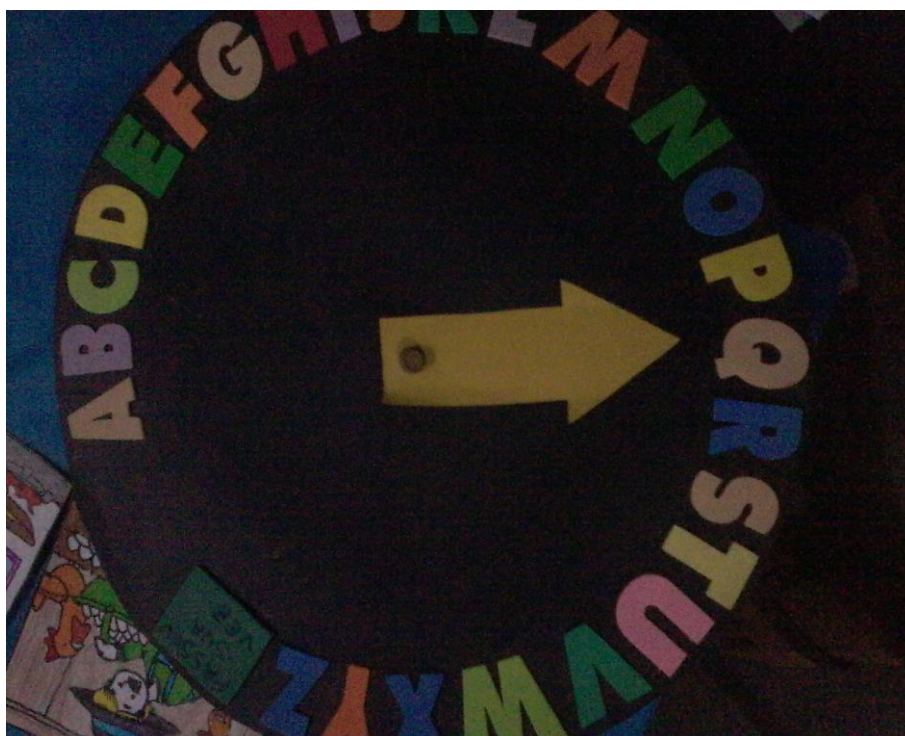
ANEXO 3: Atendimento educacional pela sala de recursos da Escola Xukurank, Aldeia Barreiro Preto



ANEXO 4: Aluno com necessidades especiais – Escola Xukurank



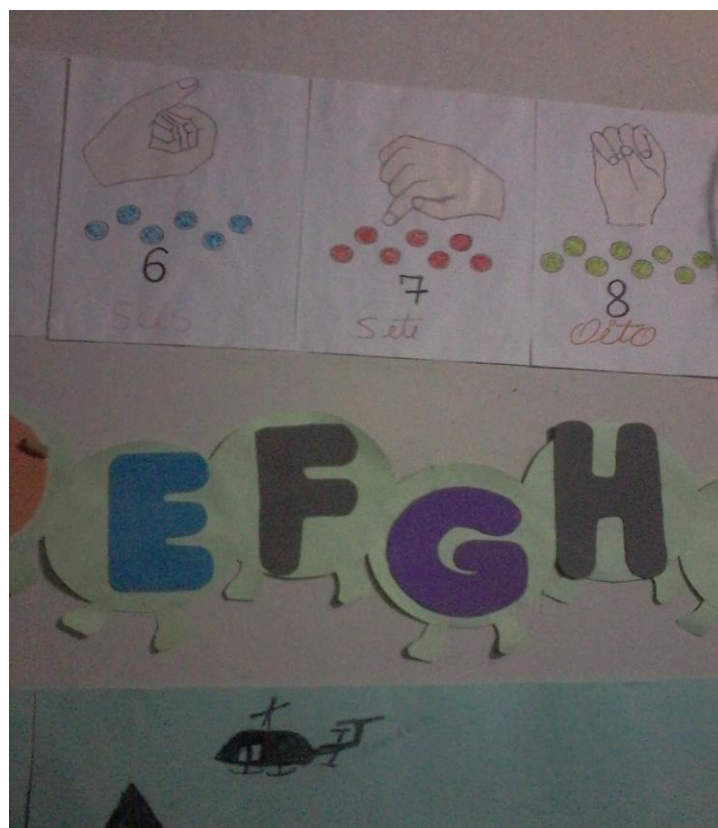
ANEXO 5: Alunos com necessidades especiais – Escola Xukurank



ANEXO 6: Jogo pedagógico – Escola Xukurank



ANEXO 7: Alfabeto e numeração em Libras na Sala de recursos – Escola Xukurank



ANEXO 8: Alfabeto e numeração em Libras na Sala de recursos – Escola Xukurank



ANEXO 9: Alunos com necessidades especiais atendidos pela Sala de recursos – Escola Xukurank



ANEXO 10: Práticas pedagógicas da Escola Uikitú-Kuhinã – Pintura corporal



ANEXO 11: Práticas pedagógicas da Escola Uikitú-Kuhinã – Artesanato



ANEXO 12: Práticas pedagógicas da Escola Uikitú-Kuhinã – Oficina de brincos de pena



ANEXO 13: Práticas pedagógicas da Escola Uikitú-Kuhinã – Oficina de trançado na palha de côco



ANEXO 14: Competição durante os Jogos Escolares Xakriabá